

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
FÓRUM MINISTRO CARLOS ALBERTO MADEIRA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

PROCESSO Nº 0000474-79.2016.4.01.8007

PREGÃO Nº 20/2016

VALIDADE: 01 (um) ano

A União, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO**, com registro no CNPJ/MF n. 05.424.667/0001-35 e sede na Avenida Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís/MA, neste ato representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, Sra. CÉLIA SILVA FARIA brasileira, CPF n.452.239.803-44, RG n.129640419993, residente e domiciliada nesta Capital, no uso das atribuições, doravante designado **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do(s) fornecedor abaixo elencado, vencedor do **Pregão Eletrônico n. 20/2016**, sob o regime de contratação pelo sistema de registro de preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PARA A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO E SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NAS LEIS NS. 8.666/93 E 10.520/2002 LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006, DECRETOS NS. 7.892/2013 e 5.450/2005 IN SLTI/MPOG N. 02/2008, Resolução 169/2013 - CNJ, alterada pela 183/2013 - CNJ, Edital do Pregão Eletrônico n. 20/2016 e Processo Administrativo n. 0000474-79.2016.4.01.8007.**

a

f

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO:

A partir desta data, ficam registrados nesta Seção Judiciária, observada a ordem de classificação, os preços de o fornecedor registrado a seguir relacionado objetivando o compromisso da prestação de serviços de manutenção predial para a Seção Judiciária do Maranhão e Subseção Judiciária de Balsas-MA, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

ORDEM	Tipo de Serviço	Valor proposto por empregado	Quant. de empregados por posto	Valor proposto por posto	Local	Valor total
1	Oficial Manutenção Predial Civil	R\$ 3.283,03	2	R\$ 6.566,06	São Luís/Ma	R\$ 78.792,72
2	Oficial de Manutenção Predial Eletricista	R\$ 3.520,10	2	R\$ 7.040,20	São Luís/MA	R\$ 84.482,40
3	Oficial Manutenção Predial Ar condicionado	R\$ 3.717,48	2	R\$ 7.434,69	São Luís/MA	R\$ 89.219,52
4	Auxiliar manutenção ar condicionado	R\$ 2.499,96	1	R\$ 2.499,96	São Luís/MA	R\$ 29.999,52
5	Auxiliar manutenção instalação civil	R\$ 2.198,70	3	R\$ 6.596,10	São Luís/MA	R\$ 79.153,20
6	Oficial de Manutenção Predial Civil	R\$ 3.282,92	1	R\$ 3.282,92	Balsas/MA	R\$ 39.395,04
7	Oficial de Manutenção Ar Condicionado	R\$ 3.717,48	1	R\$ 3.717,48	Balsas/MA	R\$ 44.609,76
Valor Global: R\$ 445.652,16 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos).						

1.1 Fornecedor: POLC EMPREENDIMENTOS SERVIÇOS E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ nº. 14.667.684/0001-94, com endereço na Avenida 07, Quadra 43 N° 35, Cohab Anil IV, São Luís/MA, CEP: 65052-650. Telefone/fax: (98) 3304-4440/3244-4668, representada pela sua representante legal, Sra. Rafaela Diniz Veras, brasileira, Carteira de Identidade nº. 021951042002-2 SSP/MA e Cadastro de Pessoa Física nº. 039.155.023-32.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:

O contrato com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado pela Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão mediante a assinatura de termo de contrato.

2.1 O compromisso de contratação só estará caracterizado mediante a assinatura do termo de contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e **Pregão Eletrônico nº 020/2016**.

2.2 O(s) fornecedor(es) registrado(s) fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

4. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico nos portais da internet www.comprasgovernamentais.gov.br.

5. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados. Nas negociações entre esta Justiça Federal e os fornecedores, serão observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Justiça Federal/MA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Justiça Federal/MA poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.4 Não havendo êxito nas negociações, a Justiça Federal/MA procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

R



- d) Houver razões de interesse público.
- 6.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item 7.1, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A presente Ata terá **validade de 12 (doze) meses** contado a partir da data de sua assinatura.

- 7.1 Esta Ata tem seu prazo de validade até 16.10.2017.
- 7.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Justiça Federal/MA.
- 7.3 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar a Justiça Federal/MA (órgão gerenciador da ata) para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 7.4 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com esta Justiça Federal/MA.
- 7.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços.
- 7.6 Após a autorização desta Justiça Federal/MA, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta ata.
- 7.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a esta Justiça Federal/MA.
- 7.8 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a esta ata de registro de preços.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A presente ata será divulgada nos portais da internet www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ma.trf1.jus.br.


9. DO FORO:

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal do Maranhão, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento a Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão e o(s) fornecedor(es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual e teor e forma.

São Luís/MA, 17 de outubro de 2016.

Contratante



CÉLIA SILVA FÁRIA
Diretora da Secretaria Administrativa

Contratada



RAFAELA DINIZ VERAS
Representante da Contratada

